

**15º CONCURSO  
2007**

**PROVA ESCRITA GERAL**

Todas as questões devem ser fundamentadas mencionando-se, sempre que for o caso, a legislação pertinente.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**1ª Questão (40 pontos)**

O Estado X firmou contrato regido pela Lei n.º 11.079/2004, prevendo obrigações financeiras do concedente ao concessionário. Tal contrato foi questionado em juízo sob o argumento de estar envolvida subvenção sem previsão em lei específica, contrariando o artigo 26 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Pergunta-se:

- o contrato é válido? Justifique.

**2ª Questão (60 pontos)**

Tendo sido editada uma lei concedendo determinada gratuidade nos transportes públicos, a concessionária requer, como condição para implementar o benefício, o cancelamento da última parcela da outorga. Pergunta-se:

- a) A partir de que momento os usuários têm direito à gratuidade? (30 pontos)
- b) À luz das normas de responsabilidade fiscal, o poder concedente pode aceitar o pleito? (30 pontos)

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### 1ª Questão (50 pontos)

Como se executa a sentença concessiva de mandado de segurança, transitada em julgado, em relação às prestações de dar, fazer e não fazer?

### 2ª Questão (50 pontos)

O princípio da correlação ou da congruência aplica-se à representação de inconstitucionalidade prevista no artigo 125, § 2º, da Constituição Federal?

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1ª Questão (40 pontos)

Considerando a distribuição de competências entre os entes da Federação em matéria ambiental, seria constitucionalmente consistente sustentar que a norma que confere maior proteção ao meio ambiente deverá sempre prevalecer?

### 2ª Questão (60 pontos)

Comente a possibilidade ou não da modulação temporal dos efeitos das decisões judiciais nas hipóteses de:

- (a) Declaração de constitucionalidade proferida em sede de ação declaratória de constitucionalidade. (30 pontos)
- (b) Alteração de jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores. (30 pontos)

## DIREITO CIVIL E COMERCIAL

### 1ª Questão (60 pontos)

Crédito decorrente de obrigação contratual, certo e determinado, vencido em março de 1999 e jamais pago, ainda pode ser exigido em dezembro de 2007?

### 2ª Questão (40 pontos)

Para efeito de cobrança, Caio transfere, mediante endosso-mandato, nota promissória ao Banco Brasileiro S.A. Pode o Banco receber o crédito e dar a competente quitação após a morte de Caio?

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### 1ª Questão (50 pontos)

Lei estadual fixa em 8% a alíquota do ICMS para operações internas e interestaduais com determinada mercadoria. Discorra sobre a validade da norma, considerando, dentre outros aspectos, a seletividade e a não-discriminação.

### 2ª Questão (50 pontos)

Em execução fiscal ajuizada pelo Estado do Rio de Janeiro, depois de decorrido o prazo para embargos, o contribuinte apresentou exceção de pré-executividade requerendo a extinção do crédito tributário, com base na nulidade da certidão de inscrição na dívida ativa (CDA), por falta de indicação da maneira de calcular os juros.

Ouvido, o Estado do Rio de Janeiro requereu a substituição da CDA.

O juiz acolheu a exceção de pré-executividade e julgou extinto o crédito tributário, mediante o argumento de que, não obstante a sua intempestividade, porque apresentada após o decurso do prazo para os embargos à execução, o Estado, ao apresentar a CDA substitutiva, corrigindo o defeito apontado na substituída, reconheceu a procedência da exceção de pré-executividade. Não houve condenação em honorários advocatícios.

Pede-se ao candidato que comente a decisão acima, indicando se o juiz agiu ou não com acerto.

## RELAÇÕES DE TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### 1ª Questão (50 pontos)

Distinga os sistemas de repartição simples e de capitalização, esclarecendo sua correlação com o regime previdenciário do servidor público.

### 2ª Questão (50 pontos)

Discorra sobre a alteração das condições de trabalho nos regimes estatutário e trabalhista.

## PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### 1ª Questão (40 pontos)

Em face da iminência de surto epidêmico de dengue, que ameaça disseminar-se na capital do Estado e nos Municípios limieiros, o Governador do Estado expede Decreto autorizando, mediante utilização dos meios estritamente necessários, ingresso forçado em domicílios em que detectados criadouros de larvas de mosquitos transmissores e cujos proprietários se encontrem ausentes ou resistentes à indispensável desinfecção de que depende a contenção dos riscos agravados à salubridade pública.

Emita parecer cuja conclusão, apreciados itemizadamente argumentos pró e contra o ato governamental, seja sobre se da execução das providências autorizadas ocorre ou pode ocorrer a imputação de qualquer responsabilidade à Administração Pública Estadual.

#### 2ª Questão (30 pontos)

Determinado Estado da Federação pretende alienar o controle acionário de uma empresa prestadora de serviço público de competência estadual. O edital, calcado em lei estadual, veda a participação na licitação de qualquer empresa que esteja sob o controle acionário de outro Estado da Federação. Antes do início do certame, a cláusula é questionada em juízo, ao argumento de que frustra os princípios que regem as licitações públicas, em especial o da competitividade e o da universalidade. Instado

a atuar em juízo, explicita os argumentos que poderiam ser utilizados em defesa da legalidade da cláusula.

#### 3ª Questão (30 pontos)

Contrato de compra de bens, firmado em decorrência de prévia e regular licitação, devidamente homologada, não foi executado nos prazos nele estabelecidos, sem que houvesse culpa dos contratados. Como não houve liberação de recursos dentro do prazo previsto para a execução do contrato, tal prazo expirou e, com o encerramento do exercício financeiro, não é mais possível o aproveitamento do empenho.

Considerando-se que, segundo o art. 57 da Lei nº 8.666/93, os contratos têm duração enquanto vigorarem os créditos a eles correspondentes, pergunta-se:

Como o candidato orientaria a Administração, na qualidade de Procurador do Estado, sobre a possibilidade de tal contrato ser objeto de um termo de re-ratificação, após a extinção do prazo previsto no instrumento e do advento da data fixada para o encerramento do exercício financeiro?

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

#### 1ª Questão (25 pontos)

Em dois processos nos quais se formularam nas iniciais pedidos de antecipação dos efeitos da tutela, o juiz despachou: “Examinarei a antecipação de tutela depois da contestação”.

No primeiro deles o Estado era autor, contra A e B, litisconsortes passivos com advogados diferentes; no segundo, autores C e D e réu o Estado.

Procurador do Estado nos dois processos, como você impugnaria o despacho, no primeiro caso? E no segundo, como o defenderia? Apresente os fundamentos básicos de seus dois pronunciamentos, no que concerne ao juízo de admissibilidade.

#### 2ª Questão (25 pontos)

Em processos de natureza coletiva pendentes, cabe o ingresso de sujeitos individuais não legitimados originariamente para a propositura da demanda?

### 3ª Questão (25 pontos)

À luz do art. 475-R do CPC, analise o alcance da aplicação das regras relativas aos embargos do devedor à impugnação do cumprimento da sentença, limitadamente aos efeitos da decisão e à coisa julgada.

### 4ª Questão (25 pontos)

Considerando as teorias sobre a aplicação da lei processual no tempo, a norma legal superveniente, que altere – para aumentar – o rol de requisitos específicos de admissibilidade dos recursos, é imediatamente aplicável e alcança recurso cujo prazo para interposição já estava em curso no momento em que a nova norma legal entrou em vigor?

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1ª Questão (30 pontos)

Analise a constitucionalidade das seguintes normas introduzidas na Constituição de um Estado-membro por meio de emenda:

- Determinação no sentido de que as decisões finais de processo administrativo fiscal estadual desfavoráveis ao erário devam ser submetidas ao reexame obrigatório pelo Tribunal de Contas do Estado;
- Previsão de reajuste automático para manutenção do poder aquisitivo da remuneração dos servidores públicos estaduais, de modo a preservar a garantia da irredutibilidade.

### 2ª Questão (30 pontos)

A Procuradoria Geral do Estado é consultada pela Casa Civil sobre a possibilidade de Procuradores do Estado atuarem, no desempenho de suas atribuições institucionais, na defesa judicial de agentes públicos réus em ações de improbidade por conta de atos praticados no exercício da função pública considerados legais, pela própria Procuradoria Geral do Estado, em resposta a consulta anteriormente formulada. Pergunta-se:

- A atuação dos Procuradores do Estado na hipótese é compatível com o que dispõe a Constituição Federal?

- Há necessidade de lei específica autorizando a atuação dos Procuradores do Estado nesses casos?

### 3ª Questão (40 pontos)

Determinado Estado da Federação firmou contrato de refinanciamento de suas dívidas com a União. O ajuste prevê cláusula autorizando a União a deixar de repassar e a se apropriar diretamente de valores do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e de *royalties*, na hipótese de inadimplimento do Estado.

No caso concreto, o Estado está inadimplente e, por conta do não recebimento daqueles valores, apropriados pela União, alega não ter condições de aplicar os percentuais mínimos em educação e saúde de que trata a Constituição Federal.

O Ministério Público Estadual ajuíza ação civil pública na qual informa que o Estado se encontra descumprindo os referidos percentuais mínimos e pede que seja determinado o deslocamento de verbas orçamentárias, destinadas a outras rubricas, de modo a que os mínimos constitucionais sejam cumpridos. É deferida liminar nos termos solicitados. Apresente as possíveis razões de defesa do Estado na ação civil pública, examinando, sem prejuízo de outros, os seguintes pontos:

- Validade da cláusula constante do ajuste firmado entre União e Estado;
- Possibilidade de alteração do orçamento por força de decisão judicial.

## DIREITO CIVIL E COMERCIAL

### 1ª Questão (25 pontos)

Caio, produtor de café, ajusta com Tício a venda de dez sacas de sua produção a ser colhida no prazo de dois meses. O preço foi fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo sido pago antecipadamente. Constatou do contrato cláusula penal moratória no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), bem como cláusula afastando a incidência do disposto no artigo 413 do Código Civil. Caio deixou de cumprir sua parte na avença devido ao fato de seus prepostos terem deixado de cuidar da plantação, o que ocasionou a perda da colheita. Pergunta-se:

- Há possibilidade de Tício proceder à cobrança da cláusula penal livremente fixada entre as partes e, cumulativamente, exigir o cumprimento da obrigação?

b) É válida a cláusula pela qual as partes contratantes afastaram a incidência do disposto no artigo 413 do Código Civil?

**2ª Questão (25 pontos)**

Abílio celebra contrato de compra e venda da Fazenda Santa Inês, de propriedade de Frederico, composta de 75 (setenta e cinco) alqueires mineiros, mediante o pagamento à vista da importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Imitido na posse, Abílio é informado por pessoas que conheciam o imóvel de que a área não corresponde ao que consta da escritura de compra e venda. Realizada a perícia, verificou-se a existência de diferença a menor na propriedade, inferior a um vigésimo do total da área.

Procede a pretensão de Abílio no sentido da complementação da área? E quanto à resolução do contrato ou ao abatimento do preço?

**3ª Questão (25 pontos)**

Ascânio, em fevereiro de 2002, firmou documento destinando todos os seus órgãos para doação *post mortem* para fins terapêuticos. Em março de 2005, Ascânio morre em acidente automobilístico. Seu corpo é examinado pelos médicos lotados no órgão público estadual responsável pelos transplantes, que concluem pela possibilidade do aproveitamento de rins, córneas, fígado e coração. Para a eficácia dos transplantes, é imperioso que a retirada dos órgãos seja feita imediatamente, mas Maria da Piedade, esposa de Ascânio, transida de dor pela perda de seu marido, opõe-se ao procedimento, exigindo o pronto sepultamento. Os médicos, embora imbuídos da missão pública de promover a saúde da população, temem ser responsabilizados civilmente caso Maria da Piedade venha a ser contrariada, temendo também que o Estado seja eventualmente condenado. Dada a urgência da situação, a Procuradoria Geral do Estado é imediatamente consultada. Aponte, como Procurador do Estado, o melhor caminho a tomar.

**4ª Questão (25 pontos)**

Ao decretar a falência de sociedade limitada empresária, pode o juiz estender a quebra aos sócios, seja com base na Lei de Falências e de Recuperação da Empresa, seja com base na desconsideração da personalidade jurídica?

## DIREITO TRIBUTÁRIO

**1ª Questão (20 pontos)**

A sociedade "A", titular dos estabelecimentos "B" e "C", ingressou com pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial, que foi aprovado por 100% dos credores privados.

O plano de recuperação extrajudicial prevê a alienação judicial do estabelecimento "B" e que o adquirente não responderá, solidária ou subsidiariamente, pelos créditos tributários relativos a tributos e multas devidos, até a data do leilão, pelo estabelecimento a ser alienado.

Discorra sobre a validade e eficácia da cláusula de exclusão da responsabilidade tributária do adquirente.

**2ª Questão (20 pontos)**

Podem os Conselhos de Contribuintes exercer o controle de constitucionalidade de atos normativos? Responda fixando os pontos relevantes da discussão.

**3ª Questão (20 pontos)**

Discorra sobre o princípio da não-cumulatividade no IPI. Na resposta, deverá o candidato enfrentar a questão do aproveitamento de créditos decorrentes da aquisição de insumos tributados à alíquota zero, não-tributados e isentos de IPI, considerando, em todas as hipóteses, que os insumos foram empregados em produto final tributado pelo referido imposto.

**4ª Questão (20 pontos)**

Empresa estabelecida unicamente em outra unidade da Federação remete mercadoria para outra sociedade situada no Estado do Rio de Janeiro. A mercadoria é acompanhada de nota fiscal, na qual consta inscrição do comprador cancelada por inatividade.

O transporte é feito por transportadora independente. A fiscalização de barreira constata o erro e considera a nota inidônea, com base na legislação do Estado do Rio de Janeiro. É lavrado auto de infração, meses depois, contra a remetente.

Discorra sobre a exigência fiscal acima relatada, considerando não haver convênio quanto a operações com a referida mercadoria.

**5ª Questão (20 pontos)**

O RIOPREVIDÊNCIA, autarquia estadual, representado pela PGE, ingressou com ação de reintegração de posse. Após distribuída a ação, o juiz determinou a intimação do autor para o recolhimento da taxa judiciária, no prazo de 10 dias, sob pena de cancelamento da distribuição. A decisão teve como fundamento o Enunciado 76 do TJRJ, com o seguinte teor:

“A taxa judiciária é devida por todas as autarquias, notadamente o INSS, ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça, competindo-lhes antecipar o pagamento do tributo se agirem na condição de parte autora e, ao final caso sucumbentes.”

Pergunta-se: Agiu com acerto o juiz? Por quê?

## RELAÇÕES DE TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**1ª Questão (25 pontos)**

Empregado público pleiteia em juízo adicional de insalubridade com base no salário contratual, apoiando seu pedido na premissa de que o art. 192 da CLT não teria sido recepcionado pela Constituição. Acolhida, *in totum*, a pretensão, apresente os fundamentos jurídicos do recurso ordinário a ser interposto.

**2ª Questão (25 pontos)**

Qual o entendimento do candidato quanto à possível aplicação, na execução trabalhista, das recentes alterações inseridas no Código de Processo Civil a respeito da cobrança de título executivo judicial, inclusive contra a Fazenda Pública?

**3ª Questão (25 pontos)**

Entidade da Administração Pública consulta a Procuradoria Geral do Estado sobre a possibilidade de inserção, no edital para a realização de concurso público, de cláusulas que estabeleçam:

- a) direito à isenção de taxa de inscrição para candidatos hipossuficientes, considerando a existência de previsão na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, regulamentada por lei de iniciativa parlamentar;

- b) exigência de documento comprobatório de habilitação profissional no momento da convocação do candidato para a fase final do concurso, consistente na avaliação de seu desempenho no exercício das funções inerentes ao cargo, antes da investidura definitiva.

**4ª Questão (25 pontos)**

Discorra sobre a possibilidade de contratação temporária por excepcional interesse público nos casos abaixo:

- a) substituição de servidor ocupante de cargo efetivo cedido para outro órgão ou nomeado para exercer cargo em comissão;
- b) recrutamento de profissionais para a execução de objeto de convênio firmado entre o Estado e a União, no qual a contrapartida do primeiro seja a disponibilização de mão-de-obra necessária à realização do projeto.